

An aerial photograph of a coastal town, likely in Portugal, showing a dense urban area with red-tiled roofs, a river delta, and agricultural fields. The image is tilted diagonally. A large blue triangle is positioned in the bottom right corner.


Município

20
ANOS
A GERAR
VALOR
1999-2019

Relatório e Contas 2019

2020





ÍNDICE

1	Órgãos Sociais	4
2	Relatório de Gestão	6
2.1.	Mensagem do Diretor Geral.....	7
2.2.	Atividade Desenvolvida	8
2.3.	Certificações Técnicas e marcas registadas	31
2.4.	Recursos Humanos.....	34
2.5.	Evolução Económico-Financeira	40
2.6.	Proposta de aplicação de resultados.....	51
3	Contas do exercício	54
4	Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2019....	63

1 | Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando do Nascimento Trigo Rep. CM Oeiras

Presidente

Rui Manoel da Graça Coias Rep. CM Oeiras

Administrador

João Pedro Brito da Silva Rep. CMVN Gaia

Administrador

FISCAL ÚNICO

Joaquim dos Santos Silva

Membro Efetivo

em rep. da Diz & Associados, SROC, Lda

SROC nº 118

Relatório de Gestão



2 | Relatório de Gestão

No cumprimento de disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2019.

2.1. Mensagem do Diretor Geral

O exercício económico de 2019, marca 20 anos de história da Município. Ao longo destas duas dezenas de anos, foi possível demonstrar a nossa capacidade, na primeira década com maior incidência no território nacional, enquanto que na segunda, valorizando o investimento realizado em recursos humanos e tecnológicos fomos à descoberta de novos mercados como Espanha, Marrocos, Angola, Cabo Verde, Timor e ultimamente Moçambique.

A nossa aposta em Moçambique, contribuiu decisivamente para podermos alcançar em 2019 um volume de negócios que ultrapassou os 4.000.000 euros, sendo este o valor mais elevado dos vinte anos de história da Município.

Foi possível garantir pelo **6 ano consecutivo resultados equilibrados**, fazendo desta, uma sociedade sustentada, equilibrada e com futuro, alcançando em 2019 um Resultado Antes de Imposto de 95.151,57 euros.

A nível nacional, a Município dá sinais de inovação, através do lançamento de projetos como o "UniquePATHS® – PediGuias e PediRotas numa plataforma única", através de uma candidatura ao Turismo de Portugal, que mereceu a aprovação de financiamento a 79,62% (300.000 euros) sobre o investimento elegível apurado na candidatura.

Para além do projeto UniquePATHS®, concebeu e implementou a Connect® (Central Nacional De Compras Municipais) que alcançou em 2019 o seu equilíbrio financeiro no 3.º ano de atividade. Trata-se da única Central de Compras de âmbito nacional, dirigida para as autarquias, disponibilizando produtos inovadores, preços competitivos, com processos de aquisição muito simples e rápidos que se materializam em Ajustes Diretos derivados de Acordos Quadro, dispensando os aderentes dos processos de contratação pública, sem custos e obrigação de aquisição.

Para além destes projetos, não esquecemos o "Core" da atividade, como o Cadastro, Cartografia, SIG, Desenvolvimento Aplicacional Open Source, Cadastro de Infraestruturas, Fotografia Aérea, que se apresentam como ferramentas do ordenamento do território e que deveriam ser mais incentivadas e utilizadas pelos sucessivos governos e autarquias do país.

O futuro, passará por continuarmos a reinventarmo-nos, independentemente da geografia onde estivermos, sabendo que podemos estar otimistas, já que provamos diversas vezes que somos competentes e competitivos ganhando concursos públicos internacionais, fruto da nossa capacidade técnica e capacidade de Gestão.

Oeiras, 28 de fevereiro de 2020

O Diretor Geral,

(António Fernandes)

2.2. Atividade Desenvolvida

Direção de Cartografia e Cadastro

O projeto mais relevante da Direção de Cartografia e Cadastro (DCC) de 2019 foi o projeto de Regularização das Ocupações de Terras na Província de Nampula para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique.

O projeto revestiu-se de muitos desafios e particularidades únicas que permitiu obter um conhecimento profundo da realidade Moçambicana. O Objetivo final do projeto é a atribuição de 144.714 DUAT's à população carenciada que utiliza e ocupa a terra nos distritos de Monapo, Mogincual, Nacala-Velha, Mossuril e Memba na província de Nampula.

A ausência de infraestruturas rodoviárias asfaltadas, a pobreza, as condições de vida e de subsistência são realidades totalmente opostas do que conhecemos na Europa e mesmo em Cabo Verde. Esta realidade fez com que a Município tivesse que se preparar do ponto de vista da logística e de equipamentos de uma forma adequada às exigências do projeto e do terreno para a execução deste projeto. De facto e até agora, foi o mais desafiante de todos.

Constituiu-se uma equipa de cerca de 150 técnicos, formando-os e dotando-os de ferramentas essenciais ao desenvolvimento do trabalho no terreno, bem como de alojamento através de tendas e de todo o material necessário para o seu trabalho.

Foram realizadas ações de sensibilização e comunicação em todo o território onde o trabalho se desenrolou.



Encontro com os Líderes comunitários na Localidade de Chihiri, Posto Administrativo de Itóculo, Distrito de Monapo, Direção do projeto, Líderes comunitários e parte da equipa técnica.

No final de 2019, a parte do projeto relativa ao levantamento de campo bem como todas as Consultas Públicas num total de 150.000 parcelas já tinham sido concluídas. As restantes

tarefas de tramitação do projeto até à emissão dos Títulos DUAT's não foi possível cumprir no tempo previsto devido à inoperacionalidade no Sistema de Gestão de Terras (SIGIT) da Direção Nacional de Terras (DINAT).



Acampamento e equipa em Nicani



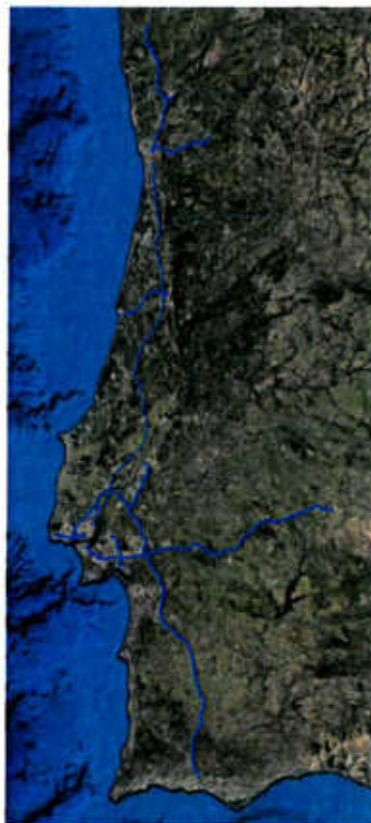
Sensibilização na localidade de Namiepe, no Posto Administrativo de Namige, distrito de Mogincual.

Handwritten signature/initials



A nível nacional destacam-se dois projetos mais relevantes pelo volume de negócio e pela sua execução, são:

- A conclusão do projeto para uma empresa privada de rede de autoestrada com cerca de 69.633 hectares, à escala 1:10.000.



- A produção de cartografia e ortofotomapas à escala 1:10.000 para a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos dos municípios de Freixo de

Espada à Cinta Mogadouro, Torre de Moncorvo e Miranda do Douro, e para um total de cerca de 212.353 hectares.



A nível internacional, a Município ganhou um projeto para a execução de imagens aéreas e produção de ortofotomapas, em Moçambique, para o Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Foi realizada uma cobertura aérea com uma resolução de 30 cm para uma área de 30.778 km² e posteriormente foram produzidos os respetivos ortofotomapas com dimensão de 6.000X6.000 km, num total 1.118.

O projeto teve o seu início no terreno em julho e a produção dos ortofotomapas terminou em dezembro.

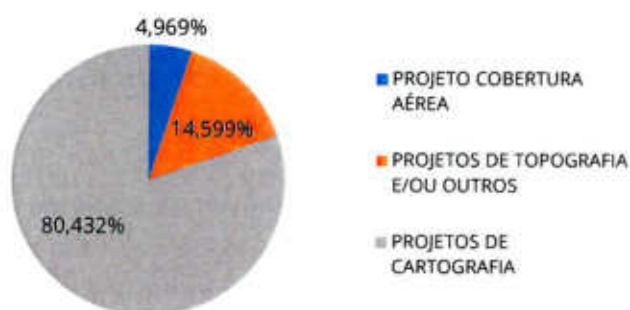


Área onde foi realizada a cobertura aérea e a produção de ortofotomapas



Exemplo de ortofotomapa

Distribuição das horas da Direção de Cartografia e Cadastro por tipo de projeto:



Conclui-se que o peso dos projetos cartográficos continuam a ter um impacto significativo na estrutura interna da DCC.

Direção de Engenharia e Infraestruturas

Em 2019, a área de negócio da Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI), focou-se na continuidade do desenvolvimento dos projetos em curso, obtendo um volume de faturação 388.667,58 euros relativos a contratos oriundos no período de 2018/2019 no valor de global de contratos que ascendeu a 838.210,03 euros.

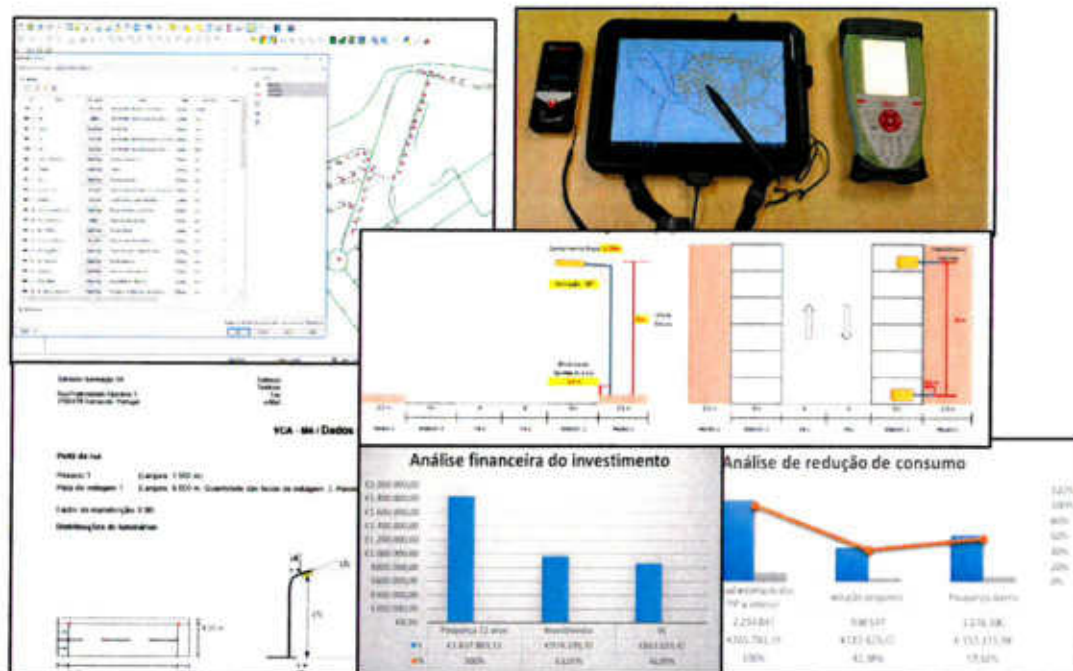
A maior fatia de contratos recai sobre os projetos relacionados com o cadastro de infraestruturas, nomeadamente, água, saneamento e iluminação pública (IP).



O grande foco da direção esteve centrado na sua organização e dimensionamento em termos de equipas técnicas, no investimento na formação e a equipar essas mesmas equipas.

Na área dos projetos de consultoria, o maior relevo vai para os projetos de estudos de eficiência energética na IP, onde a Município desenvolveu projeto de conversão de tecnologia LED para cerca de **50.000** Luminárias distribuídas pelos concelhos de **Benavente e Oeiras**, que irá permitir reduzir a fatura desses concelhos em mais de **50%** nas instalações analisadas. No final **2018 e 2019, devido a estudos anteriores**, foi possível verificar alguns arruamentos destes Municípios com as alterações implementadas com *feedback* muito positivos. Esta é uma área a dar continuidade pelo menos no próximo ano de 2020.

A abordagem técnica da Município tem sido elogiada pela forma como aborda o problema e procura as soluções técnicas que melhor se adequam, sempre com a preocupação do custo do investimento inicial, o seu *payback*, sem pôr em causa o serviço público que a Iluminação Pública (IP) deve atender.

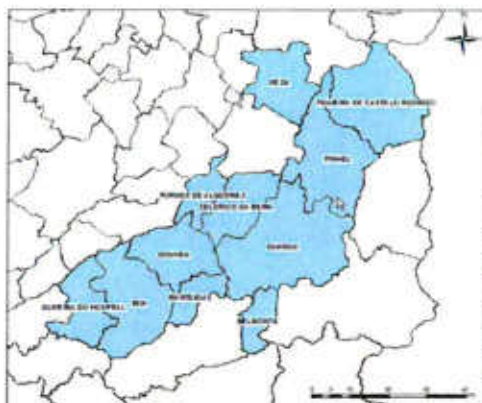


Cadastro rigoroso organizado numa plataforma SIG, Estudo luminotécnico com todos os parâmetros extraídos a partir do cadastro em SIG, análise rigorosa da EE da solução proposta e estudo de viabilidade financeira fundamentado

No âmbito da EE energética, destaca-se ainda o projeto que se iniciou em setembro de 2018 para o Município de Oeiras abrangendo o cadastro de cerca de **36.000** luminárias, projeto esse que se prolongou por **2019** com uma campanha que envolve a própria EDP distribuição.

Destaque também para o projeto de elaboração de cadastro de infraestruturas de redes de água e saneamento para a Associação de Municípios da Cova da Beira (CadREDES AMCB), projeto que abrange cerca de **12** Municípios e em que a Município participou na execução de cadastro em **6**, abrangendo mais de **2.000km** de redes, com uma equipa de cerca **35** técnicos permanentes distribuídos pelos vários Municípios e em gabinete nos escritórios sede e Guarda.

Em 2020, a Município irá continuar a desenvolver projetos para colocar os SIG aos serviços da Engenharia e na gestão eficiente e sustentável dos recursos contribuindo para que os seus clientes cumpram as metas e objetivos a que se propuseram no âmbito do Portugal 2020, tornando o país mais sustentável para as gerações futuras.



Concelho	Previsto	Fase 2.1
Belmonte	138,4	70,7
Figueira de Castelo Rodrigo	110,9	109,8
Guarda	420,2	246,5
Manteigas	62,5	55,0
Pinhel	331,1	275,1
Sabugal		311,0
TOTAL	1063,1	1068,1

Concelhos abrangidos no projeto CadREDES AMCBcom equipas de cadastro da Municipia

Direção de Inteligência Espacial

A Direção de Inteligência Espacial (DIE) esteve envolvida, durante o ano de 2019, em projetos externos e internos, na sequência das atividades de apoio à infraestrutura tecnológica da Município.

Os projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, tiveram uma afetação de recursos que corresponde a cerca de 26% total da DIE (Figura 1).



Figura 1 – Percentagem de Afetação de Recursos Humanos

Estas tarefas dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Manutenção do Site da Connect, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (uebeq); em *Help Desk* às diversas divisões, em auditoria e manutenção da infraestrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções. Continuamos a prestar apoio aos projetos de infraestruturas da DEI e, juntamente com a DCC, continuamos o processo de análise para conversão do Modelo de Dados de cartografia para um Sistema de Gestão de Base de Dados, de acordo com o novo modelo da DGT.

Relativamente às atividades de Helpdesk, o sistema implementado em 2011 permite efetuar uma análise rápida destas atividades. Assim, durante o ano de 2019 foram efetuados 550 pedidos, o valor mais baixo registado desde que é utilizada a plataforma, essencialmente devido ao abrandamento das atividades de Cadastro e Infraestruturas (Figura 2).



Figura 2 - Número de Pedidos de Helpdesk

Dentre os projetos externos, vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, podemos destacar o desenvolvimento da Plataforma Solis Lisboa (Figura 3), que através do potencial de produção de energia solar dos telhados da Cidade de Lisboa e do cruzamento com dados de consumo permite dimensionar o investimento em painéis de fotovoltaicos. Também nesta área da Energia foi criada a Rede Nacional de Potencial Solar (Figura 4) que, com base nos desenvolvimentos feitos para Oeiras e Lisboa, se constitui como uma plataforma para ser comercializada junto dos municípios portugueses.



Figura 3 – Plataforma Solis Lisboa

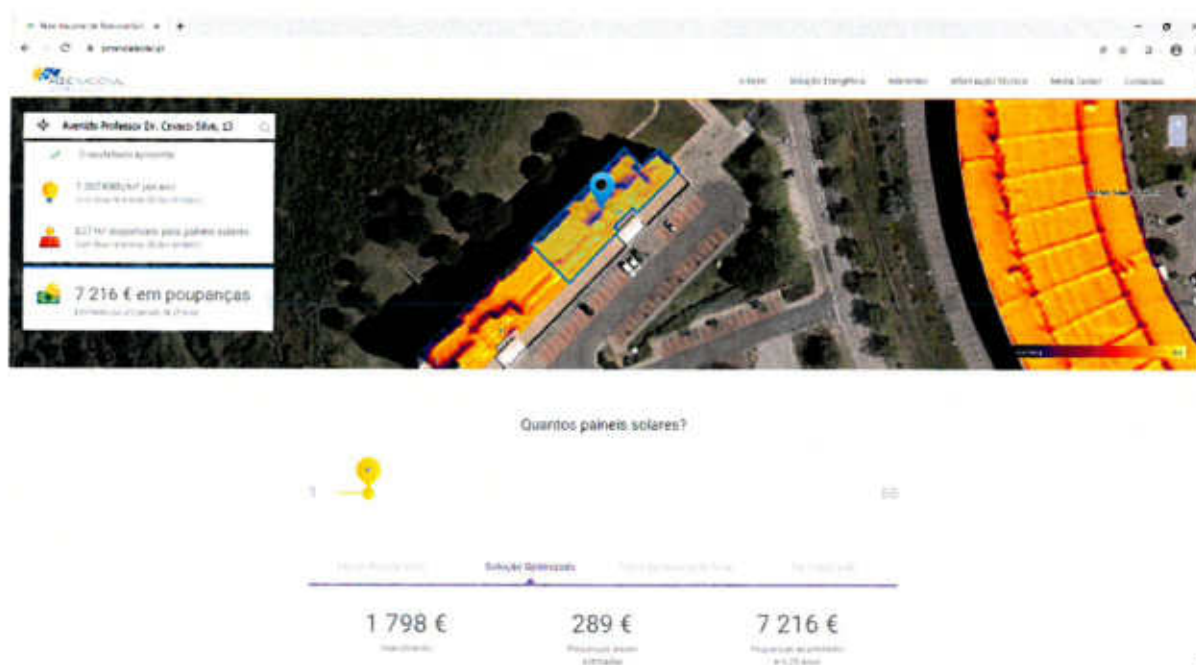


Figura 4 – Rede Nacional de Potencial Solar

Na área de atividade de elaboração de estudos e planos, destacamos a elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios para a AMDSFE (Figura 5) e Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações para identificação das Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação na Região Autónoma da Madeira (Figura 6 e Figura 7).

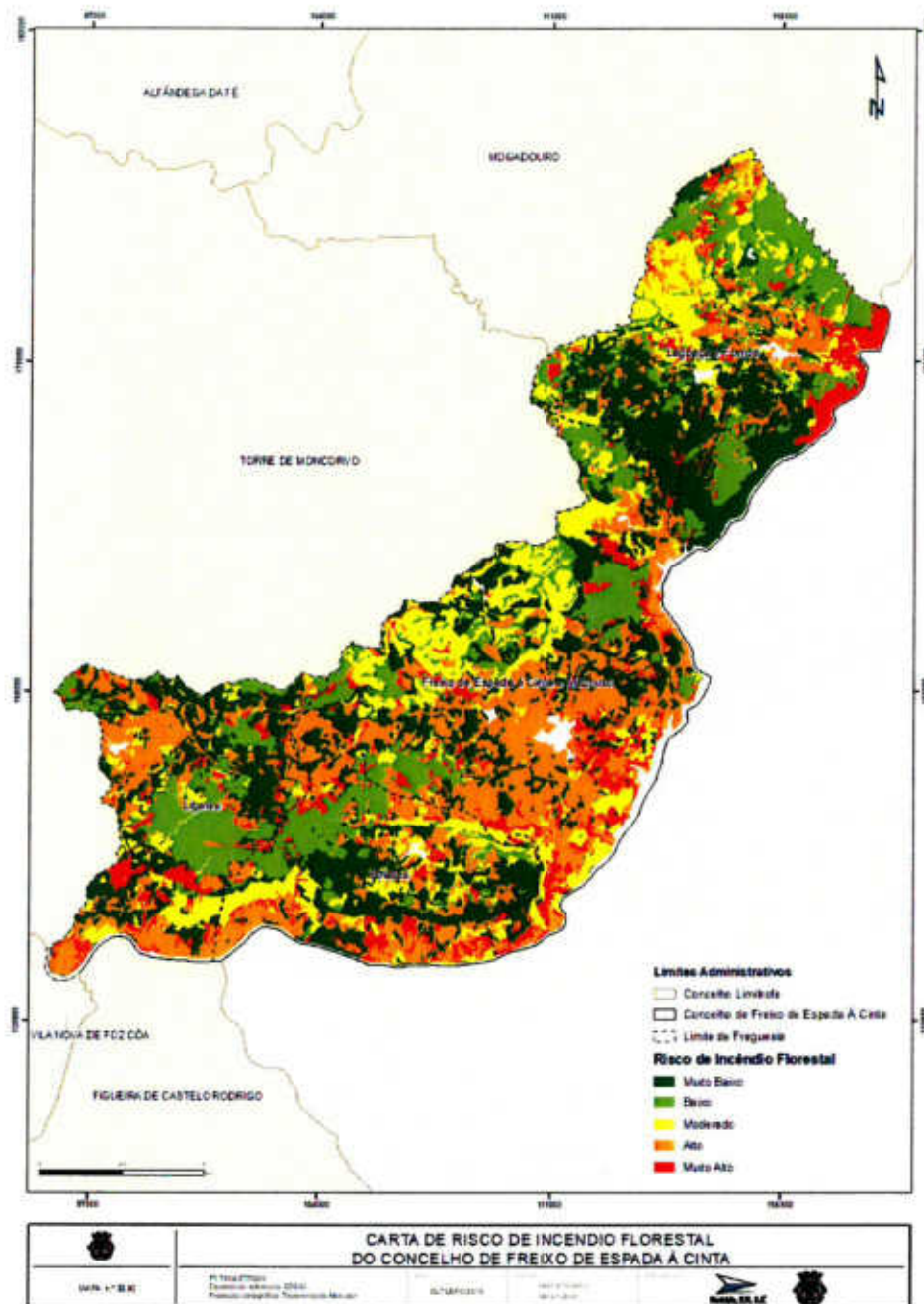


Figura 5 – Carta de Risco de Incêndio Florestal de Freixo de Espada à Cinta

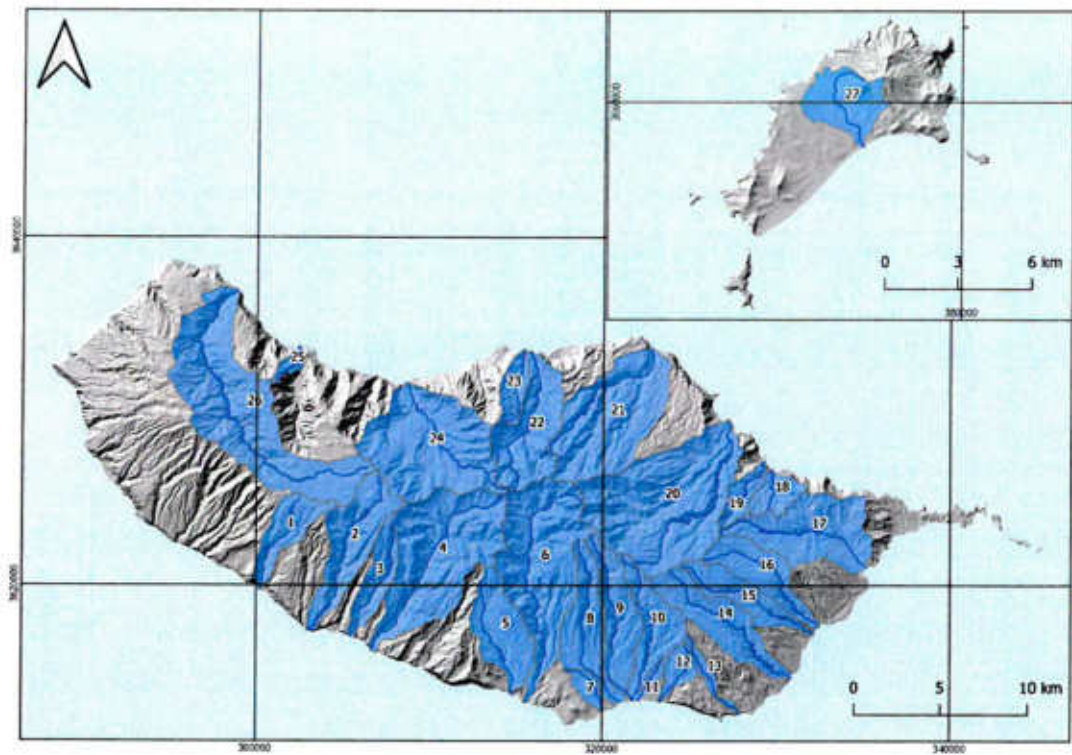


Figura 6 – Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação Pluvial

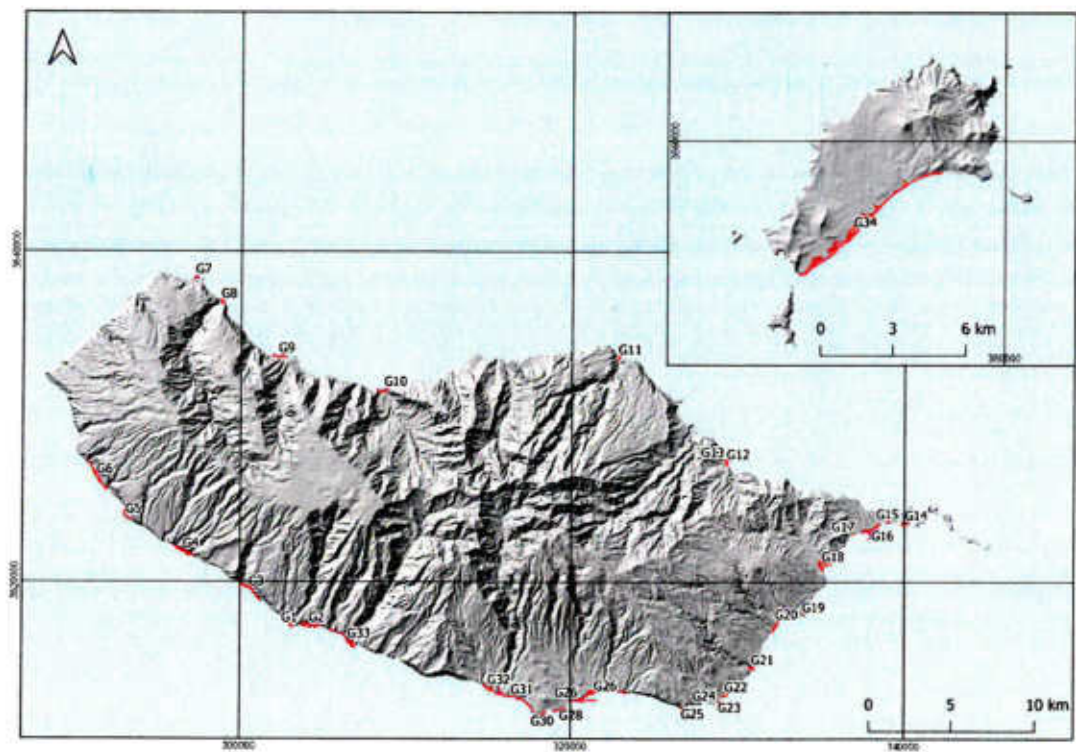


Figura 7 – Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação Costeira

No âmbito da consultoria e desenvolvimento merecem destaque a implementação da Plataforma SmartCity da Município, em que já foi concluída a Aplicação O Meu Bairro para Oeiras (Figura 8), e encontra-se em fase de conclusão a Aplicação COSI (Figura 9). Adicionalmente esta Plataforma também foi implementada no Cadaval.



Figura 8 – Aplicação O Meu Bairro

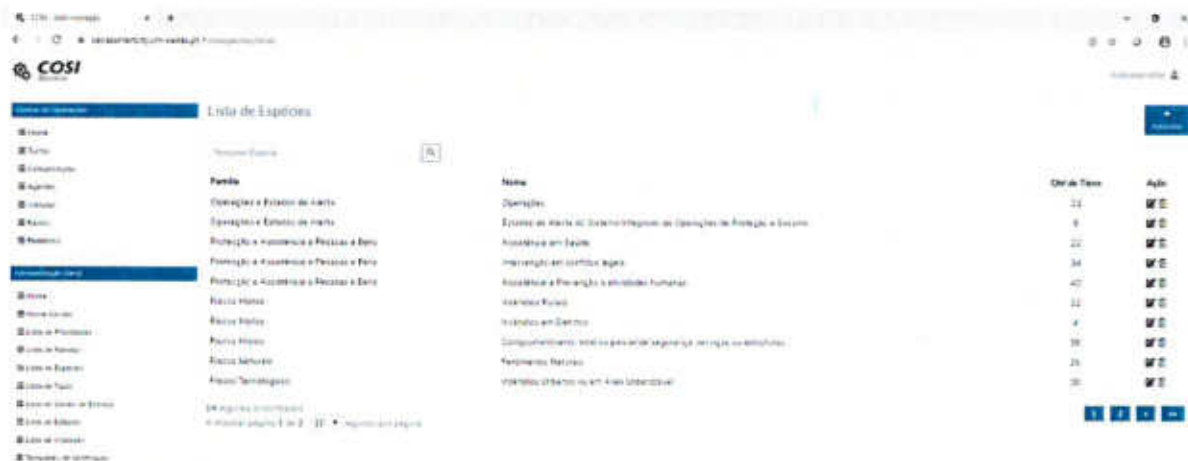


Figura 9 – Aplicação COSI

Destacamos também a implementação da Infraestrutura de Dados Espaciais da CIM-TTM - Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (Figura 10) que consistiu num serviço de consultoria de integração de informação geográfica, que se encontrava dispersa em várias bases de dados e servidores, e implementação de uma plataforma que centraliza e disponibiliza esta informação à CIM-TTM e aos municípios que a constituem.



Figura 10 – IDE CIMTTM

Em termos de projetos de Cadastro, o Cadastro de Timor-Leste continuou a ter enorme destaque este ano, através da continuação da manutenção e suporte à plataforma desenvolvida. Mas o mais importante a destacar é a continuação do projeto de Regularização de Direitos de Uso e Aproveitamento de Terras (RDUAT's) na província de Nampula, Moçambique, em que a DIE é responsável pelo desenvolvimento das aplicações de campo e de gabinete, bem como por todo o suporte técnico ao projeto (Figura 11 e Figura 12). Neste particular, para além das melhorias que foram introduzidas na aplicação, foi desenvolvido uma API para integração diretamente no SIGIT dos dados que estão na nossa base de dados, evitando a necessidade de carregamento manual da informação dos DUAT's (Figura 13).

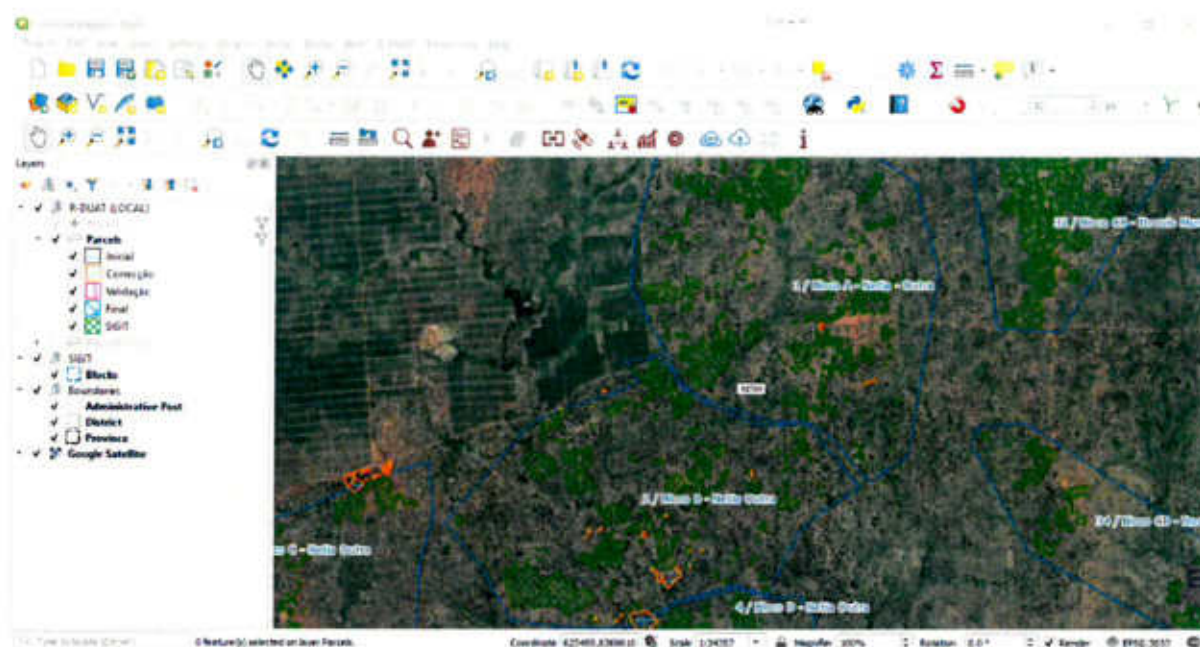


Figura 11 – Aplicação de Registo e Gestão de RDUAT - Parcelas

RDUAT Form

Bloco **Bloco B - Netta Outra** Parcela **127** Vinheta **M9593** Estado **SIGIT** Close

Titular **Parcela** **Conflitos** **Documentos** **Correcções**

Pessoa **Representante**

Pesquisar Nome Completo **Inês Muarapaz** **Apelido** **Inês** **Tipo** **Singular**

Paí **Mão**

Data Nascimento **1 Janeiro** **1987** **Género** **M** **F** **MUIT** **NUTC**

Naturalidade **Monapo** **Estado Civil** **União de Facto** **Regime Casamento**

Documento de Identificação

Tipo de Documento **Documento de Testemunhas** **Número** **M9593T**

Data Emissão **14 Julho** **2019** **Validade** **Vitalicio** **Local de Emissão** **Cahiva**

Endereço

Provincia **NAMPULA** **Distrito** **MONAPO** **Posto Administrativo** **NETTA**

Localidade **Outra** **Beirre** **Cahiva** **Rua**

Contacto

Tlm 1 **Tlm 2** **Fax** **Email**

Adicionar Co-Titular **Apeger** **Save** **Close**

Figura 12 – Aplicação de Registo e Gestão de RDUAT – Formulário

Distrito: MOGILCUAL P. Adm.: NAMIGE Localidade: Namige-Sede Projecto: Projecto Terra Segura (Namige)

Blocos

Nº	Designação	Localidade	Total	Finalis	Sem Nº	Com Nº	Em Falta	Com Erro	SIGIT
1	Bloco A - Namige	Namige-Sede	738	0	2	736	2	0	736
2	Bloco B - Namige	Namige-Sede	418	0	0	418	0	1	417
3	Bloco C - Namige	Namige-Sede	726	0	0	726	0	0	726
4	Bloco D - Namige	Namige-Sede	821	0	0	821	0	1	820
5	Bloco E - Namige	Namige-Sede	984	0	2	982	2	0	982
6	Bloco F - Namige	Namige-Sede	684	0	3	681	3	0	681
7	Bloco G - Namige	Namige-Sede	685	0	0	685	0	0	685
8	Bloco H - Namige	Namige-Sede	936	0	0	936	0	0	936
9	Bloco I - Namige	Namige-Sede	981	0	6	975	6	0	975
10	Bloco AA - Namige	Namige-Sede	656	0	0	656	0	0	656
11	Bloco AB - Namige-Sede	Namige-Sede	555	0	0	555	0	0	555
12	Bloco AC - Namige	Namige-Sede	952	0	6	946	6	0	946
13	Bloco AD - Namige	Namige-Sede	967	0	2	965	2	5	960
14	Bloco AE - Namige	Namige-Sede	986	0	0	986	0	0	986
15	Bloco AF - Namige	Namige-Sede	667	0	3	664	3	0	664
16	Bloco AG - Namige	Namige-Sede	986	0	0	986	0	0	986
17	Bloco AH - Namige	Namige-Sede	206	0	0	206	0	0	206

Refresh Close

Figura 13 – Aplicação de Registo e Gestão de RDUAT – Upload de Dados para o SIGIT

Quanto aos projetos de Detecção Remota, em conjunto com a DCC, continuamos a suportar a atividade da empresa SOGRAPE na produção de Cartas de Vigor de Vinha (Figura 14).



Figura 14 – NDVI da Quinta da Romeira

Para o ano de 2020, encontra-se em curso o projeto de RDUAT de Nampula, da implementação da plataforma Smartcity, e desenvolvimento de aplicações SIG e WebSIG, a continuação da colaboração com a SOGRAPE e a TerraPro, no segmento da agricultura. Ao nível dos estudos, destacam-se a possibilidade das revisões de alguns PMEPC e dos PMDFCI e a aposta na produção de Atlas Municipais, estando adjudicado desde já a produção do Atlas de Setúbal. Adicionalmente, está em curso a implementação do novo design da plataforma da Rede Nacional de Potencial Solar (Figura 15).



Figura 15 – Rede Nacional de Potencial Solar – Novo Design

Direção de Novos Negócios

A Direção de Novos Negócios (DNN), consolidou em 2019 a sua posição de unidade geradora de novos serviços e a sua sustentabilidade por via da comercialização da linha de produtos que lhe está adstrita.

No mercado internacional, a DNN foi responsável pela coordenação do projeto de aquisição de imagens aéreas nas províncias de Nampula e Zambézia, envolvendo mobilização de meios aéreos, execução de missões de voo aerofotogramétrico e produção de ortofotomapas. A robustez no planeamento, a comunicação interna e com o cliente e o envolvimento das equipas, permitiu o escrupuloso cumprimento dos 8 meses de prazo.

A nível nacional, a comercialização do serviço de geolocalização de frotas às Entidades Públicas voltou a superar os máximos atingidos nos últimos anos, contando a Município com 3.306 viaturas monitorizadas em 171 clientes, dos quais se destacam 66 Corporações de Bombeiros, 44 Câmaras Municipais, 11 Juntas de Freguesia, 5 Santas Casas da Misericórdia, 2 Comunidades Intermunicipais.

A Central Nacional de Compras Municipais Connect® continuou o seu processo de introdução no mercado, crescendo para 70 Entidades Aderentes, 10 Acordos Quadro em vigor, 4 milhões de litros de combustível comercializados, 7 viaturas elétricas / híbridas entregues, 8 veículos de limpeza urbana em operação e 12.000 sacos para moloks entregues.

No lançamento de novas soluções destaca-se a Rede Nacional de Potencial Solar, uma Comunidade de Municípios com preocupações ambientais declaradas e assumidas, que aposta na sensibilização da Sociedade Civil para o aproveitamento da energia solar.

Municípios, com responsabilidades firmadas perante o Pacto dos Autarcas, perante o pacote de medidas Clean Energy for All Europeans, ou simplesmente alertados para os impactos da utilização de energias não renováveis no futuro dos seus territórios, têm nesta rede uma potente ferramenta para concretização das metas estabelecidas, que divulga o potencial solar do seu território e o retorno do investimento esperado pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura, permitindo ao cidadão, condomínio, ou empresa ambicionar um futuro mais sustentável para a sua família, conhecer o potencial de aproveitamento solar, aferir o investimento necessário em tecnologia e ver valorizado o seu imóvel pela consciência ambiental do seu município.

27
B
D

No campo dos novos lançamentos, destaca-se ainda a aprovação do projeto uniquePATHS, candidatado à linha de apoio à sustentabilidade do Turismo de Portugal, aprovado no final do ano de 2019 e que será desenvolvido e implementado ao longo do primeiro semestre de 2020, com um impacto muito relevante para o setor do turismo em Portugal.

Este projeto pretende criar um novo modelo de prática e de dinamização do turismo territorial, encontra-se suportado por uma APP que será desenvolvida em exclusivo para o projeto e cria um marketplace onde se encontram guias, com turistas para a realização de rotas pedestres.

No campo da comunicação, a Direção manteve como sua responsabilidade o lançamento de conteúdos via www.municipia.pt e www.centralconnect.pt, social media de ambas as marcas e na forma de newsletter em papel e digital distribuída a todos os Municípios, Comunidades Intermunicipais e Empresas do Setor Empresarial Local.

O ano de 2020 ficará marcado pelo crescimento das linhas de negócio em introdução, como a Connect®, onde se esperam novas categorias, adesões e contratualizações; espera-se um novo incremento no serviço de geolocalização de frotas, pela mudança de paradigma na utilização dos recursos; preconiza-se o aumento da comunidade respeitante à Rede Nacional de Potencial Solar, com novas entidades preocupadas com as alterações climáticas; e será o ano de concretização da inovadora plataforma uniquePATHS, um marco no turismo em Portugal.

Atividade Comercial

Concursos

O quadro seguinte, espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Município, ao longo do ano de 2019:

PROPOSTAS	Nº Propostas 2018	Nº Propostas 2019	Δ% Nº Propostas 18-19	Em Valor		Δ% Valor 18-19
				2018	2019	
Propostas adjudicadas	176	41	-71,70%	6.461.510	443.879	-93,10%
Propostas em aberto	321	334	4,00%	14.660.403	8.176.893	-44,20%
Propostas recusadas	31	76	145,20%	670.066	983.602	46,80%
Total de Propostas Apresentadas	528	451	-14,60%	21.791.979	9.604.374	-55,90%

Unidade: euros

Constata-se através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 451 propostas ao longo do ano de 2019, o que reflete a apresentação de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação negativa de 71,7%, em número de propostas adjudicadas e uma variação negativa de 93,1% no valor (euros) das propostas adjudicadas. Esta variação está relacionada com o valor das propostas apresentadas em Moçambique em 2018, que não se repetiram em 2019.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2019 e que se descrevem seguidamente por ordem decrescente:

TOP 10 CLIENTES	Valor	Peso Relativo no Total da Faturação
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (MOÇAMBIQUE)	728.528	23,10%
MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL (MOÇAMBIQUE)	706.284	22,40%
ECOREDE – ENGENHARIA E SERVIÇOS	245.815	7,80%
ARTESCAN – 3D SCANNING	78.005	2,50%
ARTOP	71.696	2,30%
ARM APPRIZE (TIMOR)	65.056	2,10%
MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO	55.241	1,80%
MZ LIMITADA (MOÇAMBIQUE)	47.500	1,50%
PSE, PRODUTOS E SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA, LDA	47.429	1,50%
MUNICÍPIO DO MOGADOURO	47.020	1,50%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

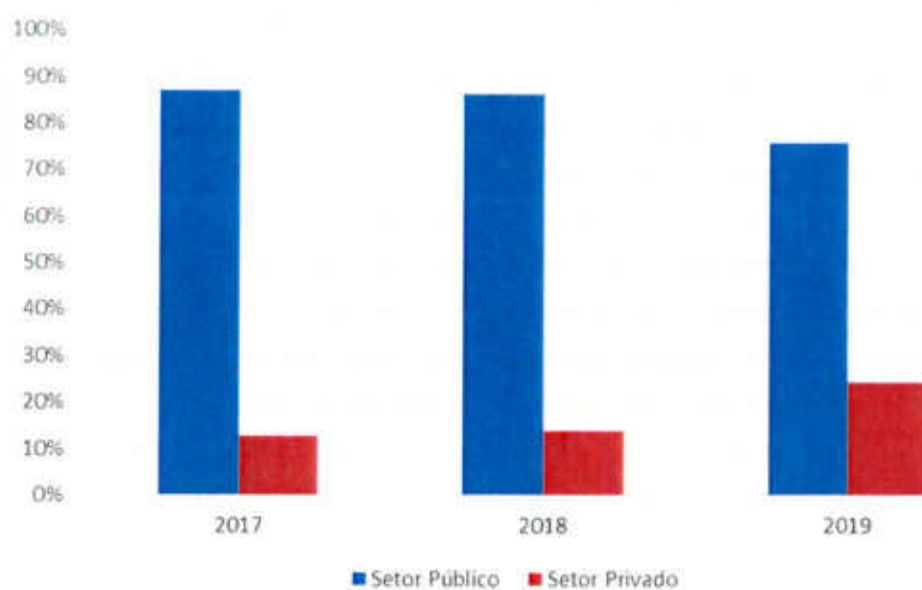
Tipologia de Clientes

O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com 76% da faturação neste setor, registando uma diminuição de 10,5% face ao ano anterior.

O setor privado regista cerca de 24% da faturação, ou seja, mais 10,5% que no exercício anterior, conforme se constata no quadro seguinte:

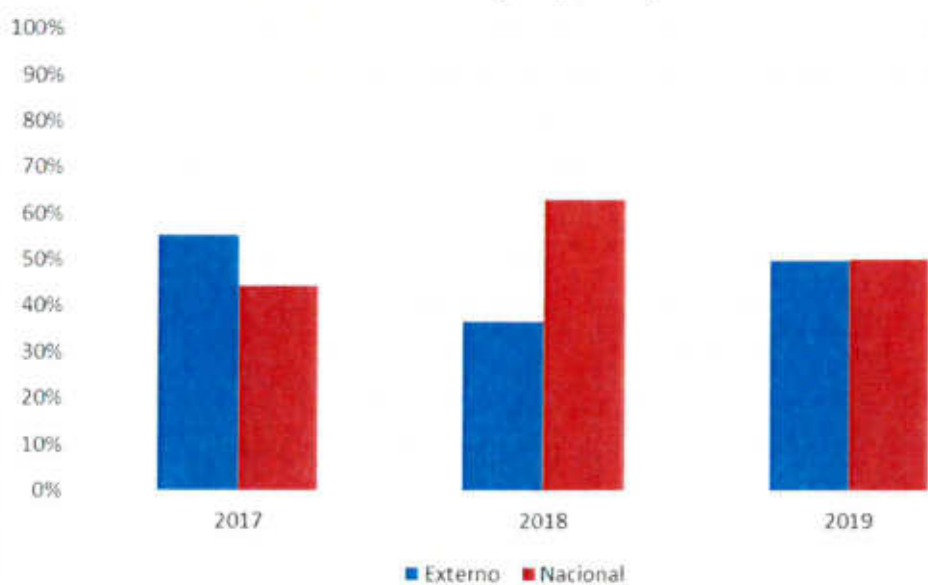
FATURACÃO	2017	2018	2019
Setor Público	87,16%	86,16%	75,71%
Setor Privado	12,84%	13,84%	24,29%

% do Volume de Faturação por Tipo de Setor



FATURÇÃO MERCADO	2017	2018	2019
Externo	55,50%	36,81%	49,92%
Nacional	44,50%	63,19%	50,08%

% do Volume de Faturação por Tipo de Mercado



2.3. Certificações Técnicas e marcas registadas

Certificações Técnicas



A Direcção Geral do Território certifica que a empresa Município – Empresa de Cartografia e sistemas de informação, SA., autorizada a exercer todas as actividades relacionadas com a produção e gestão de informação geográfica, desde a Fotografia Aérea ao Cadastro:

- . Alvará N°1/2000 CT: Imagem Aérea e outras formas de detecção Remota, Topografia e Nivelamento, Triangulação Aérea, Restituição Fotogramétrica, Numerização de Informação Cartográfica, Edição de Dados Cartográficos e Ortorrectificação;
- . Alvará N°1/2003 CD no domínio do Cadastro Predial.



Certificada como entidade formadora pela DGERT, Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.



O sistema de gestão da organização foi auditado e cumpre com os requisitos da norma NP EN ISSO 9001:2015.

Marcas Registadas



Central Nacional de Compras Municipais CONNECT®
Criada pela Município e pelo Município do Fundão em 2015 ao abrigo do DL 200/2008 de 9 de Outubro e suportada pelo Estudo de Viabilidade Económica realizado por Augusto Mateus, Lda.



Comunidade de Municípios, que divulga a poupança e retorno do investimento esperados pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura.



Comunidade virtual que reúne, sistematiza, integra e difunde em 3 idiomas, num único endereço, informação sobre Cidadania, Serviços Públicos, Turismo, Lazer e Negócios da totalidade das Autarquias Portuguesas.



Procura? Aqui encontra!!!
Plataforma digital que reúne de forma georreferenciada todos os comércios e serviços do país.



Infra-estrutura nacional e oficial de endereços.



Observatório Estatístico.



Empresa de Serviços Energéticos.



WHERE ARE YOU®
Tecnologia
de localização

Plataforma Internacional de Comunicação entre Clientes de Informação Geográfica e Empresas de aquisição de dados por sensores aerotransportados.

Plataforma Internacional de Comunicação entre Clientes de Informação Geográfica e Empresas de aquisição de dados.

2.4. Recursos Humanos

Atividade

Fruto do crescimento da Central Nacional de Compras Municipais, vulgo CONNECT, e dos projetos em carteira relacionados com a Direção de Engenharia e de Infraestruturas, foi necessário recrutar novos elementos para o quadro da empresa.

Evolução e caracterização dos efetivos

A tendência tem sido a manutenção da equipa constituída ao longo dos anos, recorrendo à subcontratação de serviços para suprir o trabalho advindo do acréscimo de projetos.

Pode-se verificar no quadro em baixo, um ligeiro aumento do número de efetivos a 31 de dezembro, motivado pelas 9 contratações realizadas ao longo do ano, e pelas 3 saídas impulsionadas por iniciativa dos trabalhadores.

EVOLUÇÃO RH	2017	2018	2019
N.º de efetivos	31	32	38

O quadro que se segue, regista o número de efetivos, distribuídos pelos vários tipos de vínculo contratual. Verifica-se que cerca de 66% possuem com a Empresa um vínculo contratual "sem termo", 26% tem um contrato a "termo certo" e 8% tem um contrato a "termo incerto".

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2017	2018	2019
Contrato sem termo	29	28	25
Contrato termo certo	2	2	10
Contrato termo incerto	0	2	3
Σ dezembro	31	32	38

Em termos de unidades orgânicas da empresa, a 31 de dezembro, os efetivos estavam organizados da seguinte forma:

- Direção de Cartografia e Cadastro com **14** elementos;
- Direção de Inteligência Espacial com **8** elementos;
- Direção Administrativa e Financeira com **7** elementos, (1 Connect);
- Direção de Engenharia e Infraestruturas com **4** elementos;
- Direção de Novos Negócios com **4** elementos, (1 Connect);
- Direção Geral com **1** elemento.

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2019 é constituído por 38 trabalhadores. Desses, 15 são do género feminino e 23 do masculino.

CAPITAL HUMANO	2017	2018	2019
Género Masculino	22	21	23
Género Feminino	9	11	15
Σ dezembro	31	32	38

A média etária da idade dos funcionários continua situada nos 44 anos, apresentando os recursos humanos da empresa uma estrutura sólida e capaz de transmitir conhecimentos, com experiência e identificação com as políticas da empresa.

ESTRUTURA ETÁRIA	2017	2018	2019
De 40 a 69 anos	24	22	23
De 18 a 39 anos	7	10	15

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Município está espelhado no quadro em baixo e apresenta as seguintes características:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2017	2018	2019
Doutoramento	1	0	0
Mestrado	0	0	5
Ensino Superior	20	21	21
Ensino Secundário	10	11	12
3º Ciclo Ensino Básico	0	0	0
Total	31	32	38

Com mestrado temos 13%, com um nível de habilitação igual ao ensino secundário temos 32% do total dos trabalhadores, com habilitações de ensino superior temos 55%.

Absentismo

Como podemos verificar no quadro seguinte, os números mais significativos no absentismo estão relacionados com as ausências por Baixa emitida pela Segurança Social. Nesta tipologia de ausências inclui-se a baixa por doença, a baixa de risco e a assistência a familiares. Na tipologia "Doença" estão incluídas as consultas médicas e as ausências por indisposição.

Tipos de absentismo no ano corrente:

TIPOS DE ABSENTISMO	Baixa S. Social	Lic. Parental	Doença	Outras				Total
				Casamento e Luto	Obrig. Legais	Deslocação à escola	Autor./aprovadas empregador	
Σ em Dias	122	21	56	17	0	5	0	221
Peso relativo	55%	10%	25%	8%	N/A	2%	N/A	100%

Tipos de absentismo no último triénio:

TIPOS DE ABSENTISMO	2017	2018	Δ% 2017- 2018	2019	Δ% 2018- 2019
Baixa S. Social	52	68	31%	122	79%
Licença Parental	0	25	N/A	21	-16%
Doença	57	51	-11%	56	10%
Outras	18	21	17%	22	5%
Total Ausências	127	165	30%	221	34%

Unidade: dias

Analisando e comparando os números de 2019 com o ano anterior, verifica-se um aumento do absentismo, com maior incidência na tipologia "baixa por doença".

Formação profissional

A Empresa ao longo do último triénio tem mantido o seu investimento na formação, como componente importante da área dos Recursos Humanos, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2017	2018	Δ% 2017- 2018	2019	Δ% 2018- 2019
N.º de Formandos	14	10	-29%	12	20%
N.º de Ações	38	20	-47%	15	-25%
Horas de Formação	583	353	-39%	327	-7%

Neste quadro, pode-se observar que 20% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Das 327 horas, 36 horas (11%) foram de especialização e 291 horas (89%) foram despendidas em *workshops*, palestras e conferências.

Gastos com Remunerações

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2017 e 2019, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

Natureza	2017	2018	2019	Peso % no total	Var. 17- 18	Var. 18-19
Remunerações, Subs. Férias e Natal e Sub. Alimentação	1.035.570,01	808.700,10	907.948,85	74,31%	-22%	12%
Horas extra	1.473,24	2.901,36	1.527,96	0,27%	97%	-47%
Senhas de Presença	6.380,40	7.656,40	14.674,92	0,70%	20%	92%
Encargos patronais, Seguros AT e de Saúde e Higiene e Segurança trabalho	256.989,53	211.080,10	241.288,87	19,39%	-18%	14%
Ajudas Custo/Quilómetros	87243,25	44.105,95	155.185,64	4,05%	-49%	252%
Formação, Créditos de formação e outros, compensações e outras	14.866,12	13.897,74	15.230,65	1,28%	-7%	10%
TOTAL	1.402.523	1.088.341,65	1.335.856,89	100,00%	-22%	23%

Os gastos com **remunerações** sofreram um incremento de 12%, inteiramente justificados pelo projeto que se desenvolveu em Moçambique e para o qual se contrataram supervisores para fazer o acompanhamento e gestão das equipas no terreno.

As **horas extra**, para além de apresentarem um valor residual, derivam de valores excecionais e devidamente justificados e que, em 2019, tiveram origem em trabalho de fotografia aérea, que está sempre associado às necessidades meteorológicas favoráveis. Esta rubrica diminuiu 47% face ao ano transato.

O valor das **senhas de presença** registou um incremento de 7.000 euros aproximadamente e resulta da necessidade de um acompanhamento mais efetivo da sociedade em particular quanto ao projeto com as características já relatadas.

Os **encargos patronais, seguros e higiene e segurança no trabalho** registaram um incremento idêntico ao analisado com as remunerações, neste caso com um aumento de 14%.

A rubrica de **ajudas de custo** é uma das que mais aumentou (252%), tendo em conta o acompanhamento necessário dos projetos de Moçambique (RDUAT e voo de Nampula e Zambézia), que se fazem através da presença com uma frequência sistemática do Diretor Geral, Direção de projeto, Supervisores e Logística.

Na **formação** assistiu-se a um ligeiro aumento de custos, face ao ano transato, em concreto de 10%.

Este valor será sempre necessário investir, já que um dos fatores de sucesso de uma empresa de base tecnológica é ter recursos capazes de responder às dinâmicas e evolução dos mercados tecnológicos.

2.5. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2017	2018	Var.% (17-18)	2019	Var.% (18-19)	Média
Ganhos Operacionais						
Serviços Prestados (Volume de Negócios)	3.523.858	3.772.485	7%	4.339.529	15%	3.878.624
Subsídios à Exploração	32.148	0	N/A	88.423	100%	40.190
Reversões de Imparidades	8.866	46.017	419%	0	-100%	18.294
Outros Rendimentos ou Ganhos	19.721	83.702	324%	152.744	382%	85.389
Total dos Ganhos Operacionais	3.584.592	3.902.204	9%	4.580.696	17%	4.022.498
Gastos Operacionais						
Fornec. e Serviços Externos	1.903.789	2.365.373	24%	2.452.621	4%	2.240.595
Gastos com Pessoal	1.402.523	1.088.342	-22%	1.335.857	23%	1.275.574
Imparidade de dívidas a receber	0	0	0%	11.250	100%	3.750
Outros gastos e perdas	22.396	45.317	102%	111.580	146%	59.764
Gastos/reversões de depreciações / Provisões	164.949	208.046	26%	438.523	111%	270.506
Total dos Gastos Operacionais	3.493.656	3.707.078	6%	4.349.830	17%	3.850.188
Resultados Operacionais	90.936	195.126	115%	230.867	18%	172.310
Ganhos Financeiros						
Juros e rendimentos similares obtidos	3.209	21.747	578%	704	-97%	8.553
Gastos Financeiros						
Juros e gastos similares suportados	66.782	77.617	16%	136.419	76%	93.606
Resultados Financeiros	-63.573	-55.870	12%	-135.715	-143%	-85.053
Resultados Antes de Imposto	27.363	139.256	409%	95.152	-32%	87.257
Impostos	17.443	133.163	663%	198.799	-49%	116.468
Resultado Líquido	9.920	6.093	-39%	-103.647	-1.801%	-29.211

Unidade: Euros

1 32
A.

Da análise do último triénio, destaca-se uma média de volume de negócios de 3.878.624 euros.

No ano em que cumprimos 20 anos de existência registamos o maior volume de negócios da história da sociedade, com 4.339.529 euros.

Este **volume de negócios** elevado (mais 15% do que no ano transato), deve-se essencialmente ao trabalho realizado em Moçambique nos últimos anos, onde foi necessário preparar condições para que este desiderato fosse possível de alcançar.

Os **subsídios à exploração** tiveram origem numa parceria com a Lisboa e-Nova, para o desenvolvimento do projeto Solis.

Da rubrica de **outros rendimentos e ganhos** verificou-se um incremento substancial face a 2018 (mais 382%), que se deve, no essencial, a equipamento que foi vendido para a consorciada do projeto, arrendamento residual de uma área do escritório na sede e a diferenças de câmbio favoráveis.

A rubrica de **ganhos operacionais** cifrou-se em **4.580.696 euros**, representando mais 17% do que no ano anterior.

Quanto aos gastos, a rubrica de **fornecimento e serviços externos**, registou apenas 4% de aumento, sendo 80% deste valor (2.452.621 euros) explicado por subcontratação de serviços.

Quanto aos **gastos com pessoal**, registaram um incremento de 23%, face ao exercício económico anterior, tendo já sido esta rubrica detalhada em capítulo específico.

O assunto **imparidades** tem estado nos últimos anos controlado, contudo tivemos neste exercício que assumir a improbabilidade de conseguir cobrar a um cliente estrangeiro uma dívida de 11.250 euros.

Na rubrica de **outros gastos e perdas**, o valor subiu face ao ano transato em 146% e deve-se em grande medida à necessidade de corrigir registos de anos anteriores, impostos, quotizações, etc.

Quanto às **amortizações**, registaram uma duplicação, tendo em consideração que foram realizados investimentos tecnológicos para o projeto em Moçambique, em portáteis, tablets e GPS essenciais ao projeto.

Desta evolução de ganhos e gastos adveio um **resultado operacional** positivo de 230.867 euros.

Quanto aos **ganhos financeiros**, estes revelaram-se residuais, já que foi um ano de fortes necessidades de tesouraria, uma vez que o nosso principal cliente apenas concretizou a transferência do adiantamento de 30% no ano transato (2018), não tendo havido qualquer pagamento ao longo de 2019.

O esforço de financiamento a curto prazo, teve fortes implicações nos juros e gastos similares, já que o financiamento de tesouraria em 2019, foi constante e intenso.

As despesas bancárias, relacionadas com garantias bancárias, também penalizaram fortemente esta rubrica.

No ano de 2019, alcançamos um **Resultado Antes de Impostos** positivo de **95.152 euros**, em grande parte alicerçado nos excelentes Resultados Operacionais.

A rubrica de impostos foi, este ano, fortemente afetada, já que para além dos impostos "regulares" (o IRC, derrama, tributação autónoma), foram acrescentados os impostos relativos à retenção dos pagamentos provenientes do estrangeiro, totalizando esta rubrica o valor de 198.799 euros, o que originou um **Resultado Líquido negativo** de **103.647 euros**.

Apesar de estarmos perante um resultado líquido negativo, este deriva não de uma questão estrutural ou de uma ineficaz gestão operacional, mas sim da elevada carga fiscal registada. Com nota extremamente positiva, destaca-se o facto dos **Resultados Antes de Impostos se afigurarem positivos, não concorrendo desta forma para a necessidade de reequilíbrio financeiro dos acionistas da sociedade.**

INDICADORES DE ATIVIDADE

ATIVIDADE	2017	2018	2019	Média	Var 17-18	Var 18-19
Volume de Negócios	3.523.858	3.772.485	4.339.529	3.878.624	7%	15%
Rentabilidade das Vendas	0,28%	0,16%	-2,39%	-0,65%	-43%	-1.579%
EBIT (Resultado Operacional)	90.936	195.126	230.867	172.310	115%	18%
Resultado Líquido	9.920	6.093	-103.647	-29.211	-39%	-1.801%
Cash Flow Líquido	174.869	214.139	334.876	241.295	22%	56%

Unidade: Euro

Volume de Negócios – Apresenta o melhor registo de sempre da empresa, motivado pelo projeto de Moçambique. Este valor registou um incremento de 15% face ao ano transato.

A **Rentabilidade das Vendas (RL/VN)** é negativo, já que a nível nacional os concursos são lançados invariavelmente pelo preço mais baixo, não valorizando aqueles que apresentam uma maior valia técnica, conduzindo a margens baixíssimas. Este indicador, foi fortemente penalizado pela rubrica de impostos, em particular os não correntes.

EBIT (ganhos antes de impostos e juros) – Pelo sexto exercício económico consecutivo, os resultados operacionais revelam-se positivos, tendo subido face ao ano transato 18%, com o valor de 230.867 euros.

O resultado alcançado e sobretudo pela consistência revelada nos últimos anos, confere sustentabilidade e futuro à sociedade.

Resultado Líquido – o resultado líquido apresenta-se negativo, sobretudo pelos impostos registados. Para além da carga fiscal corrente, houve que registar retenção de valores por transferências desde o estrangeiro, o que originou a passagem de um resultado antes de impostos positivo, para um resultado líquido negativo de 103.647 euros.

Cash Flow Líquido – representa os meios monetários que a sociedade é capaz de libertar e que, neste caso, apresentam-se elevados, com um crescimento de 56% face ao ano transato, libertando 334.876 euros para novos investimentos.

O valor é decomposto pelo somatório do resultado líquido, amortizações e provisões.

INDICADORES DE GESTÃO

GESTÃO	2017	2018	2019	Média	Var 17-18	Var 18-19
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	103.643	117.890	114.198	111.910	14%	-3%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	93	75	183	117	19%	-144%
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) - dias	81	142	162	128	-75%	-14%

Unidade: Euro

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – o número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, é agora de 183 dias, tendo piorado este indicador pelas razões já anteriormente relatadas.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) – A deterioração do número de dias médio de recebimento resulta do atraso do recebimento do cliente em Moçambique, o que originou, em média, que a Município receba a 162 dias, levando a um desequilíbrio constante de tesouraria ao longo de todo o ano de 2019, com consequências diretas no nosso atraso de pagamentos, como se pode constatar no indicador anterior.

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) – sofreu um decréscimo residual de -3%, uma vez que o número de funcionários contratados subiu mais do que proporcional ao crescimento do volume de negócios.

O número de funcionários a 31 de dezembro era de 38 (crescimento de 19% face ao ano transato) e o volume de negócios cresceu 15%. Ainda assim, cada funcionário gerou, teoricamente, 114.148 euros de volume de negócios.

INDICADORES DE TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) – embora se tenha verificado um aumento do ativo de curto prazo fruto dos créditos sobre clientes, o passivo de curto prazo subiu mais que proporcional, originando momentaneamente uma redução da liquidez geral para a paridade.

Tesouraria	2017	2018	2019	Média	Var 17-18	Var 18-19
Liquidez Geral	2,00	2,68	0,96	1,88	34%	-64%

Unidade: Unidade

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Equilíbrio Financeiro	2017	2018	2019	Média	Var 17-18	Var 18-19
Autonomia Financeira	74,00%	67,40%	51,60%	64,33%	-2,4%	-23,4%
Solvabilidade	3,32	4,26	1,20	2,93	-18,4%	-71,8%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,30%	0,18%	-3,23%	-0,92%	26,2%	-1.873%

Autonomia Financeira (CP/AT) – verifica-se um decréscimo de 23% face ao ano transato, sendo explicado pelo aumento de 25% do ativo e a redução de 4% no capital próprio da sociedade.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – Ao longo do ano, foi necessário recorrer a financiamento de curto prazo, tendo em consideração que o principal cliente em Moçambique, desde 31.12.2018 não promoveu qualquer transferência para o projeto. O reequilíbrio de tesouraria, alicerçou-se no financiamento em fornecedores e na banca, o que originou um incremento do passivo de forma significativa, enquanto que o capital próprio apenas sofreu uma redução de 4%. Esta situação, originou e justifica a quebra deste indicador em 72%, situação que será revertida no primeiro semestre de 2020.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – tendo em consideração os resultados líquidos negativos e praticamente a manutenção do valor dos capitais próprios, a rentabilidade passou a ser, em 2019, de -3,23%.

INDICADORES LEGAIS

A sociedade alcançou nos últimos cinco exercícios económicos, Resultados Antes de Impostos, positivos, situação que se voltou a verificar em 2019.

LEGAIS	Lei 50/2012					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Regra do Equilíbrio de Contas	57.270	60.270	22.114	27.363	139.256	95.152

Unidade: Euro

Do exercício económico de 2019, **não resultará qualquer transferência de reequilíbrio**, em conformidade com o nº 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, em consequência dos Resultados Antes de Impostos se terem traduzido em 95.152 euros.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2019, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,22%, que se distribuem da seguinte forma, nos anos transatos:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017).

~ BS
W

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/ 12/ 14 a 19
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	59,22%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	4,99%	0,00	0,00	0,00	2.199,04	0,00
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	4,85%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	4.473,83	13.865,86	14.976,07	28.602,22	-595,76
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Sertã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Boticas	1.998	9.970,02	0,31%	0,32%	358,50	1.111,12	1.200,08	2.291,99	-47,74
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	299,45	928,09	1.002,40	1914,44	-39,88
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	1.000,40	0,00	-39,80

49
1 B2
PA

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/ 12/ 14 a 19
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.910,63	-39,80
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68

ACIONISTAS

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/ 12/ 14 a 19
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Próprias	27.496	137.205,04	4,22%	N/A	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	100%	15.569,26	52.876,07	58.110,14	120.801,00	-2.470,55

Síntese	2008	2009	2010	2013	2011/12/14/ 15/16/17/18/ 19	Total
Valores Liquidados	177.889	546.714	589.488	1.116.022	-22.715	2.407.397
Valores em Dívida	15.569	52.876	58.110	120.801	-2.471	244.886
Total	193.458	599.590	647.598	1.236.823	-25.186	2.652.283



2.6. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2019, no valor de -103.647,02 euros, seja transferido para a conta de "Resultados Transitados".

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

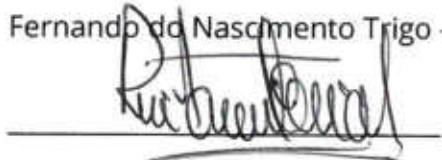
Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Municípiã, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 28 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração,



Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*



Rui Manoel da Graça Coias – *Administrador*



João Pedro Brito da Silva – *Administrador*



Contas do Exercício



3 | Contas do exercício

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa

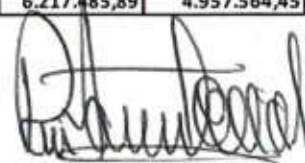
Entidade:
MUNICÍPIA, S.A.
BALANÇO

Período findo em 31-12-2019

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2019	31-12-2018
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7/10	1.859.535,76	2.138.244,59
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6/10	10.085,66	17.649,90
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		6.907,94	5.940,41
Ativos por impostos diferidos	15	4.266,43	29.890,88
		1.880.795,79	2.191.725,78
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		1.921.452,61	1.466.466,31
Estado e outros entes públicos		17.856,25	15.371,48
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		39.555,24	17.714,78
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	15	2.227.571,27	913.321,22
Diferimentos		101.718,80	113.551,38
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	28.535,93	239.413,50
		4.336.690,10	2.765.838,67
Total do ativo		6.217.485,89	4.957.564,45



Frederico Buih de M





MUNICÍPIA, S.A.

BALANÇO

Contas Individuais

Período findo em 31-12-2019

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2019	31-12-2018
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital Subscrito (Capital)		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-264,98	-264,98
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		52.440,60	52.135,95
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		22.093,69	48.305,26
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-103.647,02	6.093,08
		0,00	0,00
Total do capital próprio		3.207.300,96	3.342.947,98
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	14	6.890,26	0,00
Financiamentos obtidos	9	75.585,52	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	15	137.805,10	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		0,00	0,00
		220.280,88	0,00
Passivo corrente:			
Fornecedores		1.229.851,63	488.869,66
Adiantamentos de clientes		203,72	0,00
Estado e outros entes públicos		120.954,02	108.243,94
Financiamentos obtidos	9	885.864,90	25.253,69
Outras dívidas a pagar (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)	15	215.410,47	163.071,75
Diferimentos		337.619,31	829.177,43
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		2.789.904,05	1.614.616,47
Total do passivo		3.010.184,93	1.614.616,47
Total do capital próprio e do passivo		6.217.485,89	4.957.564,45

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em: 31-12-2019

Contas Individuais

Montantes expressos em: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2019	31-12-2018
Vendas e serviços prestados	+ 12	4.339.528,73	3.772.485,43
Subsídios à exploração	+ 13	88.423,41	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	+/-	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-	-2.452.620,90	-2.365.373,37
Gastos com o pessoal	- 5.2	-1.335.856,89	-1.088.341,73
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 11	-11.250,00	46.016,53
Provisões (aumentos/reduções)	-/+ 14	-6.890,26	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	+/-	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	+	152.744,31	83.702,10
Outros gastos e perdas	-	-111.579,50	-45.317,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	662.498,90	403.171,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 6/7/10	-431.632,29	-208.045,78
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	230.866,61	195.126,08
Juros e rendimentos similares obtidos	+	704,44	21.746,69
Juros e gastos similares suportados	- 9	-136.419,48	-77.616,56
Resultado antes de impostos	=	95.151,57	139.256,21
Imposto sobre o rendimento do período	-/+ 15	-198.798,59	-133.163,13
Resultado líquido do período	=	-103.647,02	6.093,08
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por ação básico		-0,16	0,01



António Luís da Silva



PN

Entidade: MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1:

2018

Período findo em 31/12/2019

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

Alterações no período																			
DESCRICÇÃO	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	Primeira adoção de novo referencial contabilístico	Alterações de políticas contabilísticas	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	Realização do excedente de revalorização de ativos financeiros e intangíveis	Excedentes de revalorização de ativos financeiros e intangíveis e respectivos valores	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	Realização de prémios de emissão	Distribuição de dividendos	Entradas para cobertura de perdas	Outras operações	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1			
Total da Capital Próprio	3.336.854,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.093,08	6.093,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.342.947,98			
Total	3.336.854,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.093,08	6.093,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.342.947,98			
Result. líquido período	9.920,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.920,19	-9.920,19	-3.827,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.093,08			
Outras variações no CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Excedent. revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Ajust. em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Resultados transferidos	38.881,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.424,19	9.424,19	9.424,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.305,26			
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Reservas legais	51.829,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	496,00	496,00	496,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.325,95			
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros intrin. de CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Ações (quotas próprias)	-364,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-364,98			
Capital realizado	3.236.678,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67			
NOTAS	1	2														3	4-2-3	5	6-1+2+3+5

NOTAS

1

2

3

4-2+3

5

6-1+2+3+5

[Handwritten signatures and initials]

12 de 12

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31-12-2019

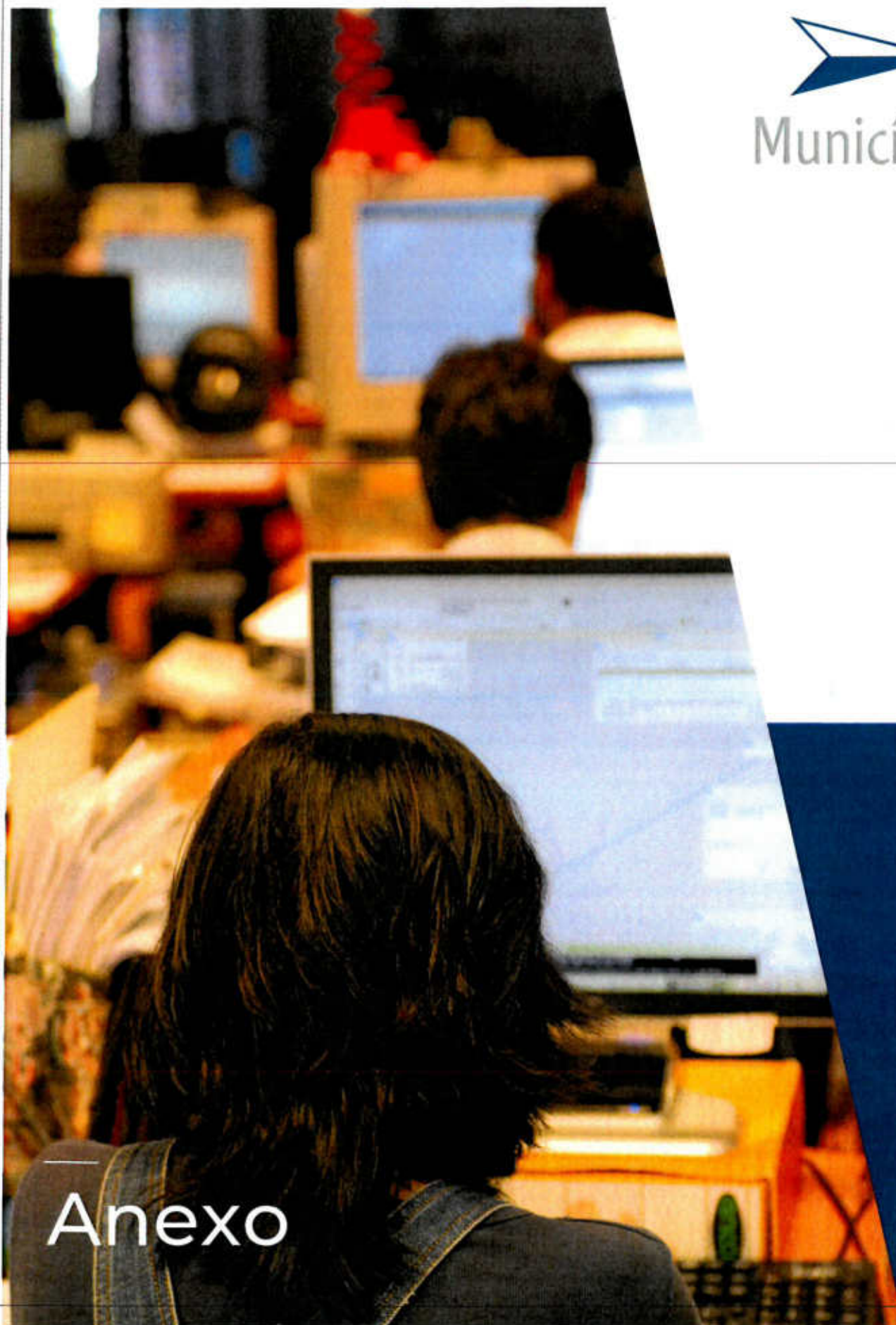
Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2019	31-12-2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	+	3.621.497,71	3.571.027,77
Pagamentos a fornecedores	-	-2.555.475,84	-2.329.934,08
Pagamentos ao pessoal	-	-727.740,83	-831.891,60
Caixa gerada pelas operações	+/-	338.281,04	409.202,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-192.478,66	-129.083,03
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-1.219.811,64	-403.757,02
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+/-	-1.074.009,26	-123.637,96
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis	-	-171.174,23	-274.448,30
Ativos intangíveis	-	-16.800,00	-22.692,73
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis	+	140.136,15	68.195,18
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+	704,44	21.746,69
Dividendos	+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+/-	-47.133,64	-207.199,16
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos	+	2.291.246,31	694.246,31
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0,00	20.450,72
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	-	-1.355.049,58	-789.423,50
Juros e gastos similares	-	-25.931,40	-7.306,04
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	-9,99
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+/-	910.265,33	-82.042,50
		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+/-	-210.877,57	-412.879,62
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	239.413,50	652.293,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	28.535,93	239.413,50



Município[®]



Anexo

4 |Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2019

1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anônima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissas. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações).
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes.
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis.
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens.
- d) No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos.
- e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, da aplicação deste critério resultou o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 101.718,80 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 337.619,31 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 1.316.630,80 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 187.166,88 euros, essencialmente relativos a remunerações e taxas de saneamento a liquidar.

- f) Foram reconhecidos impostos diferidos ativos no montante de 4.266,43 euros, tendo por base uma estimativa de obtenção de lucro. Foram reconhecidos impostos diferidos passivos no montante de 137.805,10 euros, tendo por base a estimativa de retenções de impostos

futuras que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à colecta Projecto Moçambique. Retenção estimada referente a valores facturados e ainda não pagos/retenção por fazer em Moçambique.

g) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço.

h) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 2 do artigo 40º estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo.

i) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos.

j) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante em euros
Caixa	287,36
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	28.248,57
Aplicações de Tesouraria	0,00
Total	28.535,93

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamentos com empresas-mãe

A Município é detida diretamente em 59,22%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação, as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 138.199,48 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 8.400 euros.

5.3. – Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2019
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	900,00	0,00

Unidade: Euro

6 – Ativos Intangíveis

Os **Ativos Intangíveis** não tiveram nenhum registo de investimento, no ano de 2019.

Ativos intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	722.151,53	16.800,00	-16.800,00	0,00	0,00	0,00	722.151,53
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	722.151,53	16.800,00	-16.800,00	0,00	0,00	0,00	722.151,53
Ativos intang. Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euro

Ativos intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	704.501,63	21.564,24	-14.000,00	0,00	712.065,87
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	704.501,63	21.564,24	-14.000,00	0,00	712.065,87
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euro

Ativos intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.085,66
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.085,66
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						10.085,66

Unidade: euro

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No Ativo Fixo Tangível registou-se um investimento de 75.571 euros, no ano de 2019. Deste investimento, 15.693 euros referem-se a equipamento básico necessários para projetos que estão a decorrer e 59.878 euros para equipamento de transporte.

Em termos de abates, foram vendidos do imobilizado, material informático e GPS à consorciada do projeto Regularização dos Direitos de Uso e Aproveitamento - Rduats em Moçambique.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.253.814,46	111.296,18	-218.536,74	0,00	0,00	0,00	122.933,66	2.269.507,56
Equipamento de transporte	230.804,09	59.878,05	-24.674,08	0,00	0,00	0,00	0,00	266.008,06
Equipamento administrativo	116.217,89	0,00	-371,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.846,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	4.191.311,65	171.174,23	-243.581,82	0,00	0,00	0,00	122.933,66	4.241.837,72
Ativos fixos tangíveis em curso	122.933,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-122.933,66	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	450.514,65	23.368,05	0,00	0,00	0,00	0,00	473.882,70
Equipamento básico	1.498.869,36	316.710,52	-187.088,82	0,00	0,00	0,00	1.628.491,06
Equipamento de transporte	110.628,62	69.083,36	-16.306,99	0,00	0,00	0,00	163.404,99
Equipamento administrativo	113.272,36	906,12	-371,00	0,00	0,00	0,00	113.807,48
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	2.176.000,72	410.068,05	-203.766,81	0,00	0,00	0,00	2.382.301,96
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p/ venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	724.409,39
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	641.016,50
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.603,07
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.039,41
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.859.535,76
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							1.859.535,76

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

8 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Máquina Digital DMC	BES Leasing e Factoring	2009	2019	862.500,00	862.500,00	0,00

Unidade: euros

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Máquina Digital DMC	862.500,00	627.101,69	235.398,31

Unidade: euros

9 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2019, estávamos a utilizar 297.500 euros em contas correntes caucionadas e 663.950,42 euros em empréstimos bancários. Assim, da utilização das contas correntes caucionadas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da DMC	88,16
Juros de outros financiamentos	24.454,25

Unidade: Euros

10 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 431.632,29 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

11 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Cientes
Saldo inicial a 01-01-2019	329.950,12
Reversão	0,00
Utilizações	0,00
Imparidade do exercício	11.250,00
Saldo final a 31-12-2019	341.200,12

As perdas por imparidade, ajustamentos, provisões em clientes foram, em 2019, de 11.250 euros registadas ao nível da Demonstração de Resultados. Todavia foi registada mais uma de 32.000 euros através de resultados transitados, uma vez que as convicções e incertezas de recuperarmos este valor, tendo em conta os anos já decorridos, são cada vez maiores. Embora nada de diferente tenha ocorrido em 2019, ao longo do tempo parece improvável irmos a receber aquela quantia o que leva a concluir à administração e ao órgão de fiscalização, que é bastante improvável a sua recuperação.

O registo desta forma justifica-se tendo por base as NCRFs, sobre erros que referem em determinadas circunstâncias que seja contabilizado em Resultados Transitados determinadas situações de alterações contabilísticas ou estimativas.

Ora de acordo com o normativo, bem como o POC versus SNC explicado de Paula Franco (OTOC, atual bastonária da OCC) na conta de gastos regista-se apenas os gastos do período, pelo que não se crê que se deva registar nas mesmas o efeito de tais alterações.

Assim, tendo em conta que as normas referem:

1. Que na introdução do SNC os ajustamentos de transição foram contabilizados em contas de capital;
2. Que no modelo o normativo prevê que as alterações de políticas contabilísticas devam ser registadas em contas de capital, resultados transitados;
3. Que segundo a estrutura conceptual os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados com base numa associação direta entre os custos incorridos e a obtenção de rendimentos específicos;
4. Que nas normas sobre as alterações de Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros indiretamente indiciam que não se deve colocar em gastos do período ajustamentos referentes a períodos passados e que se deve

efetuar alterações nas políticas contabilísticas de forma retrospectiva, até ao ponto que seja praticável e justificável;

5. Que a correção de um erro de um período anterior é excluída dos resultados do período em que o erro é descoberto;
6. Que quando for impraticável determinar a quantia de um erro na aplicação de uma política contabilística para que a informação comparativa, deva só aplicar-se a partir da data em que tal seja praticável;
7. Que em algumas circunstâncias, torna-se impraticável ajustar informação comparativa para um ou mais períodos anteriores para conseguir comparabilidade para o período corrente;
8. Que podem não ter sido coligidos dados no(s) período(s) anterior(es) de uma forma que permita a aplicação retrospectiva de uma nova política contabilística;
9. Que, não deve ser usada perceção ao aplicar uma nova política contabilística a, ou ao corrigir quantias para, um período anterior, quer ao fazer suposições sobre quais teriam sido as intenções do órgão de gestão num período anterior, quer ao estimar as quantias reconhecidas, mensuradas ou divulgadas num período anterior.

E, tendo em conta:

1. Que não se consegue determinar o ano e o valor concreto por cada ano anterior, mas tendo sido transmitido pela empresa a perfeita consciência que tais situações não dizem respeito ao ano em curso;
2. Que as perdas de imparidade não resultam direta e unicamente da aplicação dos critérios utilizados.
3. Crê-se que a melhor forma de apresentar contas o mais concretas e elucidadoras da empresa passa por contabilizar todas as alterações contabilísticas e estimativas materialmente relevantes fora dos gastos do período.

Neste sentido, optou-se por registar em resultados transitados.

12 – Rédito

No ano de 2019, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 4.339.529 euros.

Neste valor estão incluídos 1.316.631 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 336.109 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2019, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2019, beneficiou da transferência de subsídios no montante de 88.423 euros provenientes da parceria com a Lisboa e-Nova, para o desenvolvimento do projeto Solis.

14 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi registada uma provisão para riscos cambiais referente ao saldo em dívida, relacionado com o projeto de Moçambique, no montante de 6.890,26 euros.

Provisões	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
Provisões	0,00	6.890,26	0,00	6.890,26
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profis.	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euro

15 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

Anos	Montante	Matéria Coletável utilizada			Matéria Coletável perdida	Saldo por utilizar
		2017	2018	2019	2019	
2014	44.355,02	0,00	0,00	44.355,02	0,00	0,00
2015	97.982,50	0,00	0,00	77.666,18	0,00	20.316,32
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	142.337,52	0,00	0,00	122.021,20	0,00	20.316,32

Unidade: Euros

32
A DF

Prejuízos fiscais dedutíveis nos próximos exercícios

Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2014	44.355,02
2015	97.982,50
2019	-122.021,19
TOTAL	20.316,33

Unidade: Euros

(Taxa de IRC 21%): 4.266,43 euros

Sub-Total do imposto diferido: 4.266,43 euros

Impostos diferidos passivos

Estimativa de retenções de impostos futuros que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta:

ANOS	MONTANTE
2017	0,00
2018	0,00
2019 *	137.805,10
Sub total do imposto diferido	137.805,10

* Projeto de Moçambique. Retenção estimada referente a valores faturados e ainda não pagos / retenção por fazer em Moçambique

PEC - Pagamento Especial por Conta a utilizar em exercícios futuros:

ANOS	MONTANTE
2018	3.711,70
2017	0,00
2016	0,00
2015	0,00
2014	0,00
TOTAL	3.711,70

Unidade: euro

A Administração espera vir a ter resultados fiscais que utilizem os pagamentos (especiais) por conta atualmente pagos e ainda não utilizados.

PEC perdidos no final de 2019: 0 euros

Prejuízos fiscais perdidos no final de 2019: 0 euros

Prejuízos fiscais utilizados em 2019: 122.021,19 euros

Existem 20.316,32 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis nos próximos períodos, sendo que destes estão considerados para base de cálculo de impostos diferidos ativos 20.316,32 euros, a que corresponde de Impostos diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 4.266,43 euros.

Para além disto, existem Pagamentos Especiais por Conta por utilizar em impostos futuros no montante de 3.711,70 euros, tendo-se perdido 0 euros neste exercício.

Neste exercício foram utilizados parcialmente os prejuízos fiscais de 2014 e 2015, no montante de 122.021,19 euros, não se tendo perdido o remanescente, no montante de 20.316,32 euros e podendo ser utilizado até 2027.

O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:

IR Estimado	MONTANTE
Coleta	10.981,91
Tributações Autónomas	21.772,39
Derrama	2.614,50
Impostos Diferidos	163.429,55
TOTAL	198.798,35

Unidade: euro

Impostos diferidos:

137.805,10 a)

25.624,45 (29.890,88-4.266,43) b)

163.429,55 (Impostos diferidos)

a) Impostos diferidos Passivos: Estimativa de Retenções de impostos futuras que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta. Retenção estimada referente a valores faturados e ainda não pagos/retenção por fazer no projeto de Moçambique, ou seja, o valor referente a estimativa de retenções que irá ser feita aquando do recebimento de valores oriundos de Moçambique. Em virtude da incerteza sobre a dedutibilidade dos mesmos e sendo essa retenção relacionada com rendimentos do exercício, e por precaução, optou-se por considerar imposto do exercício através do lançamento de impostos diferidos passivos.

b) Valores da estimativa de Impostos Diferidos Ativos referente a Prejuízos Fiscais de anos anteriores dedutíveis no exercício. Ou seja, em exercícios anteriores existiram prejuízos fiscais, os quais deram origem a uma estimativa de impostos diferidos ativos. No início do exercício, estavam por deduzir 29.890,88 euros da estimativa e no final do exercício ficaram por deduzir 4.266,43 euros. Assim, no exercício atual, tendo existido matéria tributável foi utilizada a estimativa.

Foi estimado o valor do imposto referente à retenção a efetuar pela Município MZ no montante de 137.805,10 euros, referente ao valor em aberto após compensação estimada, retenção esta de 10% sobre o montante de 1.378.050,96 euros, em virtude de já ser fiavelmente mensurável à data de encerramento destas contas.

O valor do imposto diferido passivo, que corresponde à retenção estimada futura, pode potencialmente vir a ser dedutível à coleta, reduzindo assim impostos futuros a pagar e

como tal melhorando resultados líquidos futuros e/ou capitais próprios. No entanto devido a graus de incerteza, a pagamentos especiais por conta dedutíveis nos próximos exercícios e aos prejuízos fiscais acumulados de exercícios anteriores e impostos diferidos, dedutíveis também em impostos futuros, a sociedade por prudência e precaução, entendeu não reconhecer tal ativo, seguindo as normas e tendo em conta o elevado risco e baixa fiabilidade de mensuração. Em suma os cálculos e registos da estimativa de impostos seguiram uma estratégia conservadora.

No ano transato, no âmbito do projeto de Regularização de Ocupações de Terras na Província de Nampula, de 144.714 títulos de DUAT, não tinha sido feita nenhuma transferência e não tendo sido possível, de forma fiável e mensurável, saber qual o valor a reter, não foi feita qualquer retenção. No ano de 2019, a retenção considerada foi de 10%, baseada em acordos de dupla tributação, e atingiu-se uma estimativa de 137.804,10 euros, baseada no total de faturas já emitidas, correspondentes à Município, no valor de 1.378.050,96 euros.

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2019:

Um dólar americano (USD) = 0,89286 euros;

Um metical (MZN) = 0,01439 euros.

O número médio de funcionários ao serviço da empresa, em 31 de dezembro de 2019, foi de 38 pessoas.

Em 31.12.2019, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Município, pelo valor mensal de 1.510 euros mais IVA, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2019 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	Lei 53-F/2004 2008	Lei 53-F/2004 2009	Lei 53-F/2004 2010	Lei 53-F/2004 2011/12	Lei 50/2012 2013	Lei 50/2012 2014	Lei 50/2012 2015	Lei 50/2012 2016	Lei 50/2012 2017	Lei 50/2012 2018	Lei 50/2012 2019
Regra do Equilíbrio de Contas	13.549	52.876	55.110	0	120.601	0	-2.471	0	0	0	0
Total	244.886										

Unidade: Euros

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2018 e 2019:

Descrição	2018	2019
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	7.321,32	1.426,56
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	244.885,92	244.885,92
Projetos Realizados a Faturar	624.834,98	1.316.630,80
Devedores Acresc. Rend. - Outros	739,71	0,00
Club M	44,00	4,00
ANEC	1.469,85	1.469,85
Nível	32.000,00	32.000,00
FGCT	7,48	2,12
MCV Integração movimentos	-84.357,78	0,00
MCV transferências e pagamentos	84.357,72	0,00
MCV outros devedores e credores	0	0
MZ outros devedores e credores	0	661.144,88
Outros devedores e credores	1.810,40	1.810,40
Tarefeiros	207,62	196,74
Perdas Imparidades acumuladas	0,00	-32.000,00
Total	913.321,22	2.227.571,27

Os créditos relativos aos acionistas no montante de 244.885,92 euros, que estão devidamente detalhados em capítulo específico, foram incluídos na rubrica de outros créditos a receber, de acordo com os ajustamentos introduzidos no SNC pela Portaria 2018/2015 de 30 de julho.

O projeto Rduats, que se encontra praticamente terminado, apresenta como principal ponto crítico o atraso no pagamento por parte do cliente, que apenas concretizou até 31.12.2018 (ano anterior) 30% do valor do contrato. Esta situação, originou ao longo do ano de 2019, dificuldades acrescidas de financiamento de tesouraria, que foram colmatadas, através de financiamento de curto prazo, bem como financiamento em fornecedores. Ao longo de 2019, foi necessário recorrer a adiantamentos da Município para a consorciada,

Municipia MZ, Lda de modo a evitar o incumprimento do contrato ou a interromper o projeto, o que levaria a desmobilização de equipas, levantamento de equipamentos e encerramento de escritórios alugados, com um agravamento de custos para o projeto. Como consequência da falta de pagamento por parte do Fundo Nacional de desenvolvimento Sustentável - FNDS, a consorciada, Municipia MZ, entrou em rotura de tesouraria em diversas situações, o que originou inclusive a impossibilidade de usar a sua conta bancária. Neste cenário, a Municipia, supriu despesas urgentes do consórcio, via a sua consorciada, tendo inclusive recorrido a transferências de adiantamento para o gerente da sociedade, devidamente registadas, que permitiram manter a atividade mínima da sociedade, sendo neste momento a Municipia credora no âmbito do consórcio.

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litígio que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas nem que exista Imparidade de ativos, para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indiquem implicações nas contas.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

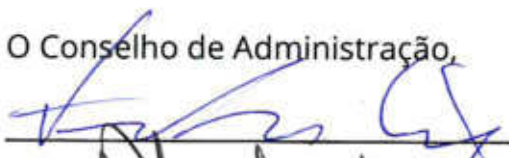
Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes que afetam a situação da empresa.

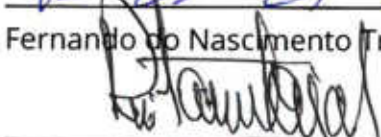
Oeiras, 28 de fevereiro de 2020

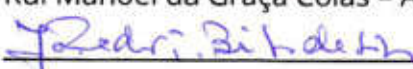
O Contabilista Certificado (Nº 61.236)


Pedro Nunes

O Conselho de Administração,


Fernando do Nascimento Trigo - Presidente


Rui Manoel da Graça Coias - Administrador


João Pedro Brito da Silva - Administrador

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

2 - Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2019

4 - Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.
- consideramos que as ênfases apresentadas na certificação legal de contas são relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

5 - Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2019 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, EM,SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

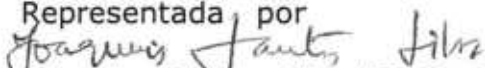
- O relatório de gestão e contas de 2019.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 20 de Março de 2020

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

Representada por


Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)



diz

& associados-SROC, Lda



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2019 que evidencia um total de 6 217 486 euros e um total de capital próprio de 3 207 300 euros, incluindo um resultado de exercício negativo de 103 647 euros, as Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Sem pôr em causa a opinião emitida e adicionalmente às informações constantes do anexo, consideramos de importância para a compreensão das demonstrações financeiras, relevar as matérias seguintes:

- a- A rubrica de activo, Outros créditos a receber, inclui 244 886 € de dívidas de accionistas relativas à cobertura dos prejuízos nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, suportados em exercícios compreendidos no período de 2008 a 2013. Acresce, que no âmbito das diligências desenvolvidas pela Município para a cobrança do valor referido, o Tribunal

Administrativo e Fiscal de Coimbra proferiu decisão procedente ao incumprimento de um dos accionistas devedores .

Dado a antiguidade da mora e tendo em atenção a referida decisão judicial, consideramos ser necessário o adequado esclarecimento desta matéria pelas entidades apropriadas, dada a sua relevância no financiamento da empresa e para que, caso aplicável, sejam efectuados os ajustamentos contabilísticos que se revelarem adequados.

- b- O projecto em execução em Moçambique relativo à regularização da ocupação de terras na província de Nampula, com contrato celebrado com entidade pública, pela sua elevada dimensão e pelas condicionantes que o afectam com possíveis efeitos sobre a situação financeira da Município, suscita as considerações seguintes: (i)- Em 31/12/2019 está executado em cerca de 77% e contribuiu com cerca de 43% para o volume de negócio desse exercício; (ii)- O projecto está contratualizado na divisa de Moçambique, o MZN, tendo-se verificado atrasos na cobrança dos valores facturados e dificuldades no câmbio dessa divisa para o euro, factos que têm originado um significativo esforço financeiro da Município para assegurar a execução do projecto , que , em grande parte, estão na origem do endividamento bancário a que a Município teve de recorrer; (iii) – Aos factos referidos em (ii) acrescem riscos de variação da taxa de câmbio.
- c- Pela sua relevância como evento subsequente às demonstrações financeiras de 2019 e com base na informação que recolhemos , consideramos não ser ainda possível avaliar os possíveis impactos da COVID 19 derivado á sua imprevisibilidade quanto à extensão e à duração.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



diz

& associados-SROC, LDA

Q

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório, para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeira

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

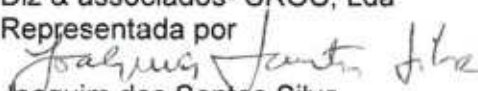
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 20 de Março de 2020

Diz & associados- SROC, Lda

Representada por


Joaquim dos Santos Silva,
ROC n.º 383